

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que demandem **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: AL/PB = Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; CE/PB = Constituição do Estado da Paraíba; CF = Constituição Federal de 1988; CNH = carteira nacional de habilitação; CPC = Comitê de Pronunciamentos Contábeis; DF = Distrito Federal; FGTS = fundo de garantia do tempo de serviço; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; LOA = lei orçamentária anual; LO-TCE/PB = Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; MP = Ministério Público; RGPS = regime geral de previdência social; RI-TCE/PB = Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; RPPS = regime próprio de previdência social; SGBD = sistema de gerenciamento de banco de dados; SRP = sistema de registro de preços; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TC = tribunal de contas; TCE/PB = Tribunal de Contas do Estado da Paraíba; TCU = Tribunal de Contas da União; TJ/PB = Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; TRF = tribunal regional federal.

PROVA OBJETIVA

Texto 1A1AAA

1 A cada instante, a quantidade de informações disponíveis para processamento pelo cérebro é formidável: todo o campo visual, todos os estímulos auditivos e olfativos, toda a informação relativa à posição do corpo e ao seu estado de funcionamento.

7 Esses estímulos precisam ser processados em conjunto, de modo que o cérebro possa montar uma imagem coerente do indivíduo e de seu ambiente. Isso sem contar os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação. Você realmente esperava processar todos os estímulos a cada momento e ainda formar registros duradouros de todos eles?

13 O que faz com que a memória se torne seletiva não é o mundo atual, informatizado, rápido e denso em informações. Ela o é por definição, já que sua porta de entrada é um funil poderoso: a atenção, que concentra todo o poder operacional do cérebro sobre uma coisa só, aquela que for julgada a mais importante no momento.

Suzana Herculano-Houzel. *Por que guardar segredo é difícil? E outras curiosidades da neurociência do cotidiano*. São Paulo: Amazon. Ed. Kindle, loc. 107 (com adaptações).

QUESTÃO 1

O efeito textual pretendido pela autora ao empregar a pergunta que encerra o segundo parágrafo do texto 1A1AAA é o de

- Ⓐ apontar a impossibilidade de o cérebro, ao mesmo tempo, processar estímulos e registrá-los na memória.
- Ⓑ menosprezar os leitores que acreditam ser possível se lembrar de tudo o que lhes ocorre.
- Ⓒ obter diretamente dos leitores respostas honestas à indagação proposta.
- Ⓓ modificar o modo como os leitores lidam com os dados provenientes do mundo exterior.
- Ⓔ provocar os leitores a refletir sobre os processos de recepção de estímulos e formação de memórias.

QUESTÃO 2

No texto 1A1AAA, ao utilizar a expressão “Isso sem contar” (ℓ.8), a autora sugere que “os processos de evocação de memórias, planejamento para o futuro e imaginação” (ℓ. 8 a 10) fazem parte do conjunto de

- Ⓐ ações cerebrais cujo funcionamento depende do processamento conjunto de estímulos externos.
- Ⓑ processos necessários à construção de registros duradouros dos estímulos recebidos pelo cérebro a cada momento.
- Ⓒ dados necessários para que o cérebro construa uma imagem do indivíduo e do ambiente que o cerca.
- Ⓓ atividades internas desempenhadas pelo cérebro, ao mesmo tempo que este recebe estímulos externos.
- Ⓔ estímulos advindos do cérebro de um indivíduo, imprescindíveis para a formação de novas memórias.

QUESTÃO 3

No texto 1A1AAA, o termo “o” — em “Ela o é por definição” (ℓ.15) — remete ao elemento

- Ⓐ “O que faz com que a memória se torne seletiva” (ℓ.13).
- Ⓑ “o mundo atual” (ℓ.14).
- Ⓒ “a memória” (ℓ.13).
- Ⓓ “seletiva” (ℓ.13).
- Ⓔ “um funil poderoso” (ℓ. 15 e 16).

Texto 1A1BBB

1 A história é uma disciplina definida por sua
capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como
ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história
4 como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém
aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades
7 fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se
acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda
repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além
10 disso, se ao longo do tempo se destacam as alterações
cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também,
a presença de problemas estruturais que permanecem como que
13 inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa
história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o
16 feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo.
Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de
todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade
19 social.

Desigualdade não é uma contingência nem um
acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e
22 mutável de um processo que não nos diz respeito. Ela é
consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais,
políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado em
25 uma clara e crescente concentração dos benefícios públicos nas
mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a
desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro
28 apostar nos alertas que nós mesmos somos capazes de
identificar.

Líliá Moritz Schwarcz. **Desigualdade é teimosia**. Internet:
<www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

O texto 1A1BBB é construído sobre uma série de dicotomias conceituais, isto é, de pares de noções opostas entre si, a exemplo do formado pelos termos

- A “mudança” (l.4) e “reiteração” (l.5).
- B “ao longo do tempo” (l.10) e “alterações cumulativas” (l. 10 e 11).
- C “contingência” (l.20) e “acidente” (l.21).
- D “Desigualdade” (l.20) e “concentração” (l.25).
- E “disciplina” (l.1) e “ciência” (l.4).

QUESTÃO 5

A correção gramatical e os sentidos do texto 1A1BBB seriam mantidos caso se inserisse uma vírgula logo após

- A “alertas” (l.28).
- B “também” (l.3).
- C “tempo” (l.10).
- D “lista” (l.15).
- E “processo” (l.22).

QUESTÃO 6

Cada uma das opções seguintes apresenta uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto 1A1BBB: “Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo” (l. 26 e 27). Assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, preserva a correção gramatical.

- A Não existe solução simples nem prescrição adequada para eliminar a desigualdade.
- B Se tratarmos de afrontar à desigualdade, não existirá instruções precisas nem solução fácil.
- C Naquilo que tange ao combate à desigualdade, não há solução fácil, tampouco fórmula simples.
- D No que se refere à enfrentar a desigualdade, não existe remédio simples, nem dosagem certa.
- E O enfrentamento da desigualdade se trata de algo sem saída fácil e sem receita secreta.

QUESTÃO 7

No último parágrafo do texto 1A1BBB, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

- A alusão à “concentração dos benefícios públicos” (l.25).
- B escolha do termo “apostar” (l.28) para definir sua posição quanto ao tema.
- C utilização dos pronomes “nos” (l.22) e “nossas” (l.23).
- D recusa a definir a desigualdade como “natural” (l.21).
- E referência a escolhas “institucionais” (l.24).

QUESTÃO 8

Sob o aspecto da iniciativa, a revisão de conduta da administração pública ocorrida em atenção a requerimento ou recurso dirigido à autoridade administrativa por um servidor público caracteriza um exemplo de

- A controle por vinculação.
- B controle por subordinação.
- C controle interno.
- D controle de ofício.
- E controle provocado.

QUESTÃO 9

Em determinado estado da Federação, a assembleia legislativa, por meio de decreto legislativo, sustou ato expedido pelo governo local, que regulamentava lei estadual para autorizar o Poder Executivo a instituir tratamento excepcional, mediante concessão de remissão e anistia, cumuladas ou não com parcelamento, para a liquidação de créditos tributários referentes ao ICMS. A assembleia legislativa entendeu que o ato administrativo excedia o poder da administração pública de regulamentar a lei estadual.

Nessa situação hipotética, a assembleia legislativa exerceu

- A o poder de fiscalização, para derrogar o ato do Poder Executivo.
- B o poder convocatório, para revogar o ato do Poder Executivo.
- C o controle político, para paralisar o ato do Poder Executivo.
- D o controle financeiro, para anular o ato do Poder Executivo.
- E sua função legiferante, para substituir o ato do Poder Executivo.

QUESTÃO 10

O TCE/PB aplicou, ao prefeito de um município do estado, multa em razão de ineficiências verificadas e não corrigidas durante o acompanhamento e fiscalização de uma execução contratual, as quais geraram prejuízos ao ente municipal.

Nessa situação hipotética, a execução da multa competirá ao

- A** Poder Legislativo municipal, mediante a instauração de processo cognitivo no TJ/PB.
- B** TCE/PB, no âmbito do mesmo processo, em atenção ao denominado sincretismo processual.
- C** MP, no âmbito do próprio TCE/PB.
- D** estado da Paraíba, observando-se as regras para a execução de títulos executivos judiciais.
- E** município em consideração, observando-se as regras para a execução de títulos executivos extrajudiciais.

QUESTÃO 11

Um servidor público do estado da Paraíba interpôs recurso administrativo contra a pontuação que lhe foi atribuída em concurso de remoção interna da instituição pública na qual ele é lotado.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos gerais relacionados à interposição de recurso administrativo por servidor da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I Na hipótese considerada, será vedado à administração, pelo princípio da *non reformatio in pejus*, rever a pontuação do candidato para piorá-la, mesmo que tal alteração observe estritamente as regras do concurso.
- II Pela presunção de legitimidade dos atos administrativos, o recurso administrativo, como regra, tem efeito apenas devolutivo, ainda que possa o administrador, mesmo de ofício, conceder efeito suspensivo ao ato.
- III O informalismo do processo administrativo permite que o recurso seja interposto de forma diversa da petição escrita, desde que ele seja devidamente protocolado na repartição administrativa competente.
- IV Na situação considerada, mesmo que o edital do concurso não o prevesse expressamente, o servidor teria o direito de protocolar o recurso em razão do direito constitucional de petição.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 12

Uma empresa que presta serviços de vigilância e limpeza para órgão da administração pública, diante de dificuldades financeiras decorrentes do atraso dos pagamentos que lhe são devidos pelos serviços adequadamente prestados, deu vantagem pecuniária aos servidores responsáveis pela liquidação e pagamento da despesa orçamentária empenhada, com o objetivo de acelerar os trâmites administrativos necessários ao efetivo pagamento.

Nessa situação hipotética, os servidores responderão por ato de improbidade administrativa por terem

- A** concedido indevidamente benefício financeiro, sujeitando-se, entre outras cominações, ao ressarcimento integral do dano causado à administração pública.
- B** atentado contra os princípios da administração pública, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- C** aplicado indevidamente benefício tributário, sujeitando-se, entre outras cominações, à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- D** causado prejuízo ao erário, sujeitando-se, entre outras cominações, à perda de bens e valores, inclusive aqueles obtidos licitamente.
- E** enriquecido ilicitamente, sujeitando-se, entre outras cominações, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

QUESTÃO 13

Servidores públicos de determinado estado da Federação iniciaram movimento grevista, motivados pelo atraso no pagamento de seus vencimentos, na tentativa de regularizar a situação salarial. Inconformado com a paralisação de atividades que julgava essenciais, o gestor público expediu ato administrativo determinando o desconto do salário dos servidores grevistas, bem como o processamento da devida anotação funcional.

Nessa situação hipotética, o instrumento processual de controle judicial que o sindicato dos servidores deverá invocar para suspender o ato administrativo de desconto e anotação dos dias não trabalhados é o

- A** mandado de injunção.
- B** recurso ordinário.
- C** *habeas corpus*.
- D** *habeas data*.
- E** mandado de segurança.

QUESTÃO 14

O TCU, quando busca promover o aperfeiçoamento da gestão pública por meio do exame da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, atua, quanto ao controle da atividade financeira do Estado, na fiscalização

- A** patrimonial.
- B** orçamentária.
- C** contábil.
- D** financeira.
- E** operacional.

QUESTÃO 15

Os sistemas de controle são o conjunto de instrumentos contemplados no ordenamento jurídico que têm por objetivo a fiscalização da legalidade dos atos da administração pública. No Brasil, a CF consagra o sistema de controle

- A** contencioso-administrativo, em vista da previsão expressa das competências dos TCs.
- B** uno de jurisdição, haja vista que a lei não pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- C** inglês, tendo em vista a possibilidade de exercício de função jurisdicional pela administração pública somente em determinadas matérias.
- D** dual de jurisdição, tendo em vista que o Poder Legislativo exerce competência jurisdicional e profere decisões com caráter terminativo sobre algumas matérias.
- E** francês, diante da possibilidade de revisão de qualquer ato da administração pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 16

Com base no disposto na CE/PB, cabe ao TCE/PB, entre outras competências,

- A** julgar, anualmente, as contas prestadas pelo governador do estado.
- B** avaliar e julgar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos do estado.
- C** exercer o controle externo da administração pública estadual, com o auxílio da AL/PB.
- D** realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira e orçamentária no TJ/PB.
- E** sustar os contratos que forem objeto de impugnação, nos casos em que suas recomendações não tenham sido atendidas pelo poder público.

QUESTÃO 17

A respeito das decisões proferidas pelo TCE/PB em processo de tomada ou prestação de contas, assinale a opção correta à luz da LO-TCE/PB.

- A** Decisão saneadora é a em que o tribunal, sem se pronunciar quanto ao mérito das contas, determina a realização de outras diligências necessárias ao saneamento do processo.
- B** Decisão interlocutória é aquela mediante a qual o relator ordena a citação ou a audiência dos responsáveis.
- C** Decisão terminativa é aquela por meio da qual o tribunal julga as contas como regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- D** A decisão na qual o tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis é uma decisão definitiva.
- E** A decisão do relator que determina o sobrestamento do julgamento sem antes se pronunciar quanto ao mérito das contas é uma decisão preliminar.

QUESTÃO 18

Acerca do funcionamento e da organização do TCE/PB, julgue os itens a seguir com base nas normas contidas na LO-TCE/PB.

- I** No processo de tomada de contas, estas serão julgadas regulares com ressalva caso se evidencie falta de natureza formal da qual não tenha resultado dano ao erário.
- II** Se as contas forem julgadas regulares, o TCE/PB deverá dar quitação plena ao responsável.
- III** Quando em substituição a conselheiro, o auditor terá as mesmas garantias e os mesmos impedimentos do titular.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 19

João, ordenador de despesas, foi arrolado em um processo de tomada de contas julgado por uma das câmaras do TCE/PB. Encerrado o julgamento, a votação dos conselheiros terminou em empate, com votos pela regularidade e pela irregularidade das contas.

Nessa situação hipotética, à luz do disposto no RI-TCE/PB,

- A** caberá ao presidente da sessão dar o voto de desempate, de imediato ou na sessão subsequente.
- B** deverá o presidente do tribunal proferir o voto de desempate, de imediato.
- C** deverá ser convocado um auditor, escolhido por sorteio, para, na sessão subsequente, dar o voto de desempate.
- D** caberá ao presidente da sessão declarar o empate, hipótese na qual nenhuma sanção será aplicada a João, ainda que as contas venham a ser consideradas irregulares.
- E** a tomada de contas deverá ser considerada regular, com ressalvas; não se podendo aplicar sanção a João.

QUESTÃO 20

A CF prevê, expressamente, o princípio orçamentário

- A** da uniformidade.
- B** da exclusividade.
- C** do orçamento bruto.
- D** da programação.
- E** da participação.

QUESTÃO 21

O anexo de metas fiscais, que integra o projeto de LDO, deve dispor sobre

- A** as normas relativas ao controle de custos.
- B** a avaliação do RGPS.
- C** as exigências para transferências de recursos a entidades privadas.
- D** o equilíbrio entre receitas e despesas.
- E** os critérios e a forma de limitação de empenho.

QUESTÃO 22

As operações especiais, ações que integram a estrutura programática,

- A destinam-se a mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa.
- B delimitam o conjunto de operações que resultem na expansão ou no aperfeiçoamento da ação de governo.
- C indicam a forma de implementação da ação, descrevendo todas as etapas do processo até a entrega do produto.
- D agrupam despesas que não contribuam para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo.
- E constituem um conjunto de operações das quais resulte um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.

QUESTÃO 23

A respeito do ato de limitação de empenho decorrente do acompanhamento da execução orçamentária, assinale a opção correta.

- A Cabe ao Poder Executivo definir os critérios de limitação de empenho.
- B A recomposição das dotações, objeto do ato de limitação, depende do restabelecimento integral da receita.
- C A limitação de empenho implica a desvinculação dos recursos previamente vinculados a finalidade específica.
- D É vedada a limitação de despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- E O referido ato pode ser publicado em qualquer momento da execução, a critério do Poder Executivo.

QUESTÃO 24

Com relação aos conceitos básicos, aos procedimentos de inscrição, à execução fiscal e à contabilização da dívida ativa da fazenda pública, assinale a opção correta.

- A A execução da dívida ativa é requisito básico para o recebimento de transferências voluntárias.
- B A ocorrência do fato gerador da obrigação é suficiente para a inscrição na dívida ativa.
- C Cada unidade gestora é responsável pela inscrição de seus respectivos créditos na dívida ativa.
- D A inscrição de crédito na dívida ativa deve ser contabilizada como receita.
- E Somente os créditos de natureza tributária podem ser inscritos na dívida ativa.

QUESTÃO 25

Para realizar uma despesa pública, a autoridade competente deve proceder, sucessivamente, às etapas de

- A fixação, programação financeira, pagamento, empenho e liquidação.
- B programação financeira, empenho, fixação, liquidação e pagamento.
- C fixação, empenho, programação financeira, liquidação e pagamento.
- D programação financeira, fixação, empenho, pagamento e liquidação.
- E fixação, programação financeira, empenho, liquidação e pagamento.

QUESTÃO 26

Se o limite de despesa de pessoal previsto na legislação vigente for ultrapassado, a indicação das medidas corretivas adotadas ou a serem adotadas devem ser demonstradas no

- A relatório resumido da execução financeira.
- B anexo de metas fiscais.
- C demonstrativo de renúncia de receita.
- D relatório de gestão fiscal.
- E anexo de riscos fiscais.

QUESTÃO 27

Se determinado órgão público precisar adquirir equipamentos novos necessários à execução de determinada obra, a despesa correspondente será classificada como

- A subvenção econômica.
- B transferência de capital.
- C inversão financeira.
- D investimento.
- E subvenção social.

QUESTÃO 28

A reforma da administração pública conduzida durante o governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo tornar o Estado

- A mais profissional e menos patrimonialista, ou seja, um Estado autoritário e burocrático.
- B menos profissional e menos patrimonialista, isto é, um Estado de bem-estar social.
- C mais profissional e mais patrimonialista, ou seja, um Estado regulador.
- D mais patrimonialista e menos burocrático, ou seja, um Estado de bem-estar social.
- E menos patrimonialista e menos burocrático, isto é, um Estado regulador.

QUESTÃO 29

Um instrumento de gestão pública no qual a população é convidada a definir anualmente as prioridades de investimento do governo em seu município é

- A a conferência municipal.
- B a parceria entre sociedade e Estado.
- C o orçamento participativo.
- D a ouvidoria municipal.
- E o fundo municipal.

QUESTÃO 30

Entre os princípios norteadores da gestão por resultados na administração pública incluem-se a tomada de decisão

- A centralizada e a cobrança de responsabilidade dos gestores, mas não dos agentes.
- B centralizada e o foco no processo de gestão.
- C descentralizada e o foco no processo de gestão.
- D descentralizada e o foco nos resultados.
- E descentralizada e a cobrança de responsabilidade dos agentes, mas não dos gestores.

QUESTÃO 31

Se um órgão da administração pública desejar adquirir trabalho científico com oferta de prêmio aos vencedores, a modalidade de licitação a ser adotada e a quantidade mínima de dias de antecedência em relação ao evento para publicação do edital devem ser, respectivamente,

- A convite; trinta dias.
- B pregão; quinze dias.
- C concurso; quarenta e cinco dias.
- D leilão; quarenta e cinco dias.
- E concorrência; trinta dias.

QUESTÃO 32

A governança na gestão pública envolve o gerenciamento de recursos humanos, econômicos e sociais com o propósito de gerar

- A controle social.
- B economicidade.
- C transparência.
- D *accountability*.
- E desenvolvimento.

QUESTÃO 33

As organizações sem fins lucrativos que são voltadas à resolução de problemas coletivos de interesse social e podem prestar serviços públicos são

- A as sociedades de economia mista.
- B os consórcios públicos.
- C os convênios públicos.
- D as fundações.
- E as organizações da sociedade civil de interesse público.

QUESTÃO 34

No que se refere ao acesso a informações, assinale a opção correta conforme a Lei n.º 12.527/2011.

- A É vedada a exigência ao cidadão de explicitação de motivos para solicitar acesso a dados públicos.
- B O órgão deve conceder acesso à informação disponível em até quinze dias.
- C Caso o órgão se negue a conceder acesso a uma informação solicitada, o interessado estará impedido de interpor recurso.
- D Em caso de uma informação parcialmente sigilosa, será vedado ao interessado o acesso à parte não sigilosa da informação.
- E É facultado ao órgão fornecer ao requerente o inteiro teor de decisão negativa de acesso.

QUESTÃO 35

Os dispositivos da Lei Complementar n.º 131/2009

- A determinam que os entes da federação devem disponibilizar acesso a informações sobre receitas e despesas, desde que tais informações sejam solicitadas por pessoas físicas.
- B prescrevem que, para municípios com menos de cinquenta mil habitantes, o prazo para apresentar informações sobre relatórios de gestão fiscal é de até um ano.
- C aplicam-se exclusivamente à execução orçamentária e financeira da união e dos estados brasileiros.
- D preveem a participação popular durante a elaboração de planos, mas restringe esse acesso a decisões orçamentárias.
- E estabelecem que partidos políticos são partes legítimas para denunciar descumprimentos aos tribunais de contas.

QUESTÃO 36

Na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, segundo a Lei n.º 13.303/2016, entende-se como empreitada por

- A preço global aquela que envolve o desenvolvimento do projeto executivo para a entrega final do objeto, sem prévia estipulação do preço total.
- B preço global aquela que envolve empreendimento em sua integralidade, por preço certo de unidades determinadas, com todas as etapas de obras sob inteira responsabilidade da contratada.
- C preço global aquela que envolve todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, na qual o preço é incerto.
- D preço unitário aquela destinada a pequenos trabalhos por preço certo e global, com fornecimento de material.
- E preço unitário aquela contratação por preço certo de unidades determinadas.

QUESTÃO 37

No âmbito da contratação pública por meio do SRP, de acordo com o disposto no Decreto n.º 7.892/2013, a licitação para registro de preços pode ser feita nas modalidades

- A leilão ou convite.
- B concorrência ou pregão.
- C leilão, concurso ou tomada de preços.
- D concorrência, tomada de preços ou convite.
- E tomada de preços ou pregão.

QUESTÃO 38

As entidades que integram a administração pública indireta incluem as

- A autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- B secretarias estaduais, as autarquias e as fundações privadas.
- C autarquias, as fundações e as organizações sociais.
- D organizações sociais, os serviços sociais autônomos e as entidades paraestatais.
- E empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos.

QUESTÃO 39

Por interesse do serviço, João, que é servidor público civil do estado da Paraíba e estava lotado na capital desse estado, passou a ter exercício em nova sede, desempenhando suas funções em um município do interior do estado. Por essa razão, ele foi obrigado a mudar o seu domicílio em caráter permanente.

Nessa situação hipotética, considerando as normas insertas na Lei Complementar n.º 58/2003 do estado da Paraíba — que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis desse estado —, João fará jus ao pagamento de

- A** indenização de interiorização, cabendo a ele comprovar a realização de despesas de transporte pessoal e de sua família, as quais serão indenizadas pelo poder público.
- B** ajuda de custo, sendo certo que as despesas de transporte dele e de sua família, compreendendo a passagem, o transporte de bagagem e dos bens pessoais, correrão por conta da administração.
- C** diárias e de indenização da sua passagem, sendo certo que o transporte da sua bagagem individual correrá por conta da administração.
- D** indenização de transporte, a qual abrange as despesas de transporte dele e de sua família, da bagagem e dos bens pessoais.
- E** gratificação de atividades especiais, sendo certo que as despesas de transporte dele e de sua família correrão por conta da administração. Excepcionam-se dessas despesas as de transporte de bagagem, as quais correrão por conta dele.

QUESTÃO 40

Acerca da delegação de serviços públicos, prevista na Lei n.º 8.987/1995, julgue os itens que se seguem.

- I A interrupção do serviço público não se caracterizará como descontinuidade quando ocorrer por motivos de ordem técnica, desde que ocorra após prévio aviso.
- II Na concessão, o julgamento da licitação pode ser feito com base na melhor proposta técnica, a partir de um preço fixado pelo edital.
- III O contrato de concessão não pode ser rescindido por iniciativa da concessionária.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 41

Por ter permitido a alienação de um imóvel integrante do patrimônio de uma autarquia pública estadual por preço inferior ao de mercado, determinado agente público causou lesão ao erário.

Durante o processo, provou-se que o agente agiu de forma imprudente, bem como constatou-se o nexos causal entre a conduta e o dano. Porém, não houve comprovação de enriquecimento pessoal do agente, nem indício de má-fé.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa —, o ressarcimento do dano

- A** só seria devido se a conduta tivesse sido omissiva, caso em que teria de ser comprovado o dolo ou a culpa do agente público.
- B** será devido tão só em razão de a conduta ter sido comissiva, pouco importando, nesse caso, a comprovação de ter havido dolo ou culpa.
- C** só seria exigível caso a conduta em questão se tivesse dado de forma omissiva, já que não houve dolo.
- D** não poderá ser cobrado do agente público, independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, uma vez que não houve a comprovação de dolo.
- E** será devido independentemente de a conduta ser omissiva ou comissiva, sendo suficiente para tal a comprovação da culpa do agente público.

QUESTÃO 42

A administração pública pode anular e revogar os seus atos, independentemente de solicitação ao Poder Judiciário. Esse poder-dever está consagrado na Súmula n.º 346 do STF, que afirma que a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, e na Súmula n.º 473 do STF, que afirma que a administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade.

O poder-dever descrito anteriormente corresponde ao princípio da

- A** moralidade administrativa.
- B** supremacia do interesse público.
- C** autotutela.
- D** especialidade.
- E** legalidade.

QUESTÃO 43

Em geral, os atos administrativos são dotados, entre outros, dos atributos de

- A** disponibilidade, presunção de legitimidade e imperatividade.
- B** consensualidade, autoexecutoriedade e a presunção de legitimidade.
- C** consensualidade, discricionariedade e disponibilidade.
- D** discricionariedade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- E** presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.

QUESTÃO 44

A afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos, nos termos da CF, retrata o princípio fundamental da República Federativa do Brasil denominado princípio

- A** da cidadania.
- B** da livre iniciativa.
- C** representativo.
- D** do pluralismo político.
- E** do Estado democrático de direito.

QUESTÃO 45

Tendo em vista que a organização político-administrativa da República brasileira compreende, de forma autônoma, a União, os estados, o DF e os municípios, assinale a opção correta.

- A** A fiscalização pelo sistema de controle interno do município será exercida pelo Poder Legislativo municipal.
- B** No tocante à autonomia, a legislação acerca de regras gerais de licitação é estabelecida pelos estados-membros e deverá ser observada em processos de auditoria interna nos órgãos municipais.
- C** A auditoria de controle da câmara municipal, mediante controle externo, é exercida com o auxílio dos TCs do estado ou do município.
- D** A autonomia administrativa constitucionalmente estabelecida permite que os estados ou os municípios criem órgãos de contas municipais.
- E** O município deve prestar contas acerca da arrecadação dos tributos, exceto, em razão da autonomia administrativa, no que se refere à aplicação de tais rendas nas questões de interesse local.

QUESTÃO 46

A respeito da remuneração dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A** O servidor público tem direito ao recebimento de remuneração pelo trabalho noturno em valor superior ao do diurno.
- B** Em razão do princípio da isonomia, é incabível, no serviço público, a aplicação de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.
- C** O servidor público tem direito ao recebimento do décimo terceiro salário com o acréscimo de um terço à remuneração normal.
- D** Os secretários estaduais e municipais são remunerados por subsídios acrescidos de gratificação pessoal.
- E** Durante todo o tempo em que durar o trabalho no serviço público, o órgão responsável pelos pagamentos deverá efetuar o recolhimento de FGTS do servidor.

QUESTÃO 47

O envio de projeto de LDO compete ao

- A** TCU, que o encaminha ao Congresso Nacional.
- B** presidente da República, que o encaminha ao TCU.
- C** presidente da República, que o encaminha ao Congresso Nacional.
- D** TCU, que o encaminha ao presidente da República.
- E** ministro da Fazenda, que o encaminha ao presidente da República.

QUESTÃO 48

Representantes do TCU, em auditoria de procedimento licitatório promovido por uma autarquia federal, após constatarem a existência de ilegalidades que atentavam contra a economicidade, conseguiram apontar os responsáveis por dano ao erário, depois de esgotadas todas as fases instrutórias. Todo o procedimento observou os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Nessa situação hipotética, o TCU

- A** poderá aplicar apenas multa proporcional ao dano ao erário, visto que as demais cominações e sanções previstas extrapolam a sua competência constitucional.
- B** poderá apenas assinar prazo para que a autarquia adote, em relação aos responsáveis, as providências necessárias para o ressarcimento ao erário e as demais punições cabíveis.
- C** deverá comunicar o fato ao Congresso Nacional para que esse órgão, exercendo a sua competência, suste a execução do processo licitatório.
- D** está desobrigado de prestar informações ao Congresso Nacional acerca do resultado apurado na fiscalização, em razão de sua competência funcional.
- E** tem competência para aplicar aos responsáveis pelo dano ao erário as sanções previstas em lei em razão das ilegalidades apuradas.

QUESTÃO 49

Se um membro do TC de determinado estado fosse preso em flagrante por furtar um veículo em uma concessionária de automóveis, o processamento e o julgamento da respectiva ação penal, nessa hipótese, competiriam, originariamente, ao

- A** juízo criminal estadual de primeira instância.
- B** STF.
- C** tribunal de justiça do estado.
- D** TRF.
- E** STJ.

QUESTÃO 50

A instituição da alíquota do imposto devido em decorrência da realização de uma doação de bem imóvel mediante negócio realizado entre pessoas residentes no Brasil compete

- A** ao estado e ao município ou ao DF.
- B** à União e ao estado ou ao DF.
- C** à União.
- D** ao município de localização do imóvel.
- E** ao estado ou ao DF, a depender da localização do imóvel.

QUESTÃO 51

Com relação às empresas públicas que recebem recursos do Estado para pagamento de custeio geral, assinale a opção correta.

- A** As empresas em questão se sujeitam ao regime próprio das empresas privadas quanto aos direitos e às obrigações civis e comerciais, o que não ocorre quanto às obrigações trabalhistas.
- B** Por possuírem regime próprio de natureza privada, as empresas em apreço estão sujeitas à fiscalização do Estado, mas não à da sociedade.
- C** As remunerações dos ocupantes de cargos das referidas empresas não poderão exceder o subsídio mensal do governador do estado.
- D** Por terem personalidade jurídica de direito privado, as contratações de obras por tais empresas não se submetem ao princípio da impessoalidade.
- E** Por geralmente atenderem ao relevante interesse coletivo, essas empresas poderão ter redução de alíquota de imposto, diferentemente das demais empresas do setor privado.

QUESTÃO 52

Com relação aos princípios que regem a atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o princípio da unidade, os programas e projetos devem ser estabelecidos em um único sistema ou método orçamentário, ainda que não haja unidade documental.
- B** A vedação à inclusão das chamadas caudas orçamentárias na lei que fixa as receitas e despesas decorre do princípio da universalidade.
- C** Os programas de duração continuada devem constar do plano plurianual e são regidos pelo princípio da programação, embora, quanto à liberação de recursos, contemple a possibilidade de que a despesa não esteja antecipadamente prevista.
- D** Segundo o princípio da não vinculação da receita derivada dos impostos, lei específica não poderá tratar de várias espécies de incentivos fiscais relativas a tributos diversos e ao mesmo tempo cuidar de matérias afins.
- E** A anualidade orçamentária exige que o orçamento deva ser aprovado antes do início do exercício financeiro, evitando que a lei nova possa atingir fatos passados.

QUESTÃO 53

No que se refere a vedações constitucionais em matéria orçamentária dispostas nas normas gerais de direito financeiro da CF, assinale a opção correta.

- A** A CF não veda a abertura de crédito suplementar ou especial, mesmo sem a indicação dos recursos correspondentes e a prévia autorização legislativa.
- B** O início de programas e projetos não incluídos na LOA é admitido excepcionalmente pela CF, desde que a sua execução não ultrapasse a previsão orçamentária fixada no exercício financeiro anterior.
- C** A CF veda aos estados e às suas instituições financeiras a realização de transferência voluntária de recursos aos municípios para pagamento de despesas com pessoal.
- D** A LOA permite a inclusão de dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- E** A CF admite a edição de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário para o atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, desde que haja autorização prévia do Poder Legislativo.

QUESTÃO 54

Considerando o regime constitucional das leis que tratam do orçamento público, assinale a opção correta.

- A** Em razão do princípio da eficiência orçamentária, o Poder Executivo, mesmo sem prévia autorização legislativa, pode utilizar os recursos que não tenham despesa correspondente aprovada em virtude de emenda no projeto da LOA.
- B** A LOA compreende o orçamento da seguridade social das entidades e órgãos vinculados à União, inclusive de todas as fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C** O modelo de orçamento anual adotado na CF é meramente autorizativo, apesar da existência de dispositivos constitucionais que tornam obrigatória a despesa nas áreas de saúde e educação.
- D** A LOA prevê a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, desde que a proposta seja aprovada por maioria qualificada.
- E** O plano plurianual tem por objetivo estabelecer a previsão da receita e a fixação da despesa para o período de quatro anos.

QUESTÃO 55

A respeito da receita pública e de sua classificação, assinale a opção correta.

- A** O recebimento de amortização da dívida pública e o ingresso de recursos financeiros decorrentes de operações de crédito se classificam como receita corrente.
- B** As contribuições sociais e de melhoria, assim como as multas decorrentes do não pagamento de impostos, classificam-se como receitas tributárias.
- C** A definição de receita pública originária inclui a caução dada em garantia pelo particular que contrata com o poder público.
- D** O pagamento pelo consumo de energia elétrica e a taxa de prevenção a incêndio constituem exemplos de receita pública originária e derivada, respectivamente.
- E** A receita proveniente da arrecadação tributária dos estados é classificada como originária por estar diretamente relacionada ao exercício da competência constitucional daqueles entes federativos.

QUESTÃO 56

À luz da CF, assinale a opção correta quanto às leis orçamentárias.

- A** Se o Poder Judiciário não encaminhar a proposta orçamentária no prazo previsto na LDO, o Poder Executivo deverá enviar para o Poder Legislativo o projeto da LOA sem contemplar os recursos destinados a esse poder.
- B** A LDO deve anteceder a edição da LOA, independentemente da esfera federativa, em virtude do seu caráter anual.
- C** As eventuais alterações na legislação tributária com impacto na previsão de receita devem ser incorporadas à LOA.
- D** O objetivo constitucional de construir um programa geoeconômico e social visando à redução das desigualdades regionais deve ser contemplado, prioritariamente, na LDO.
- E** Ao presidente da República é vedado o envio de mensagem modificativa dos projetos relativos às leis orçamentárias subsequente ao parecer da comissão mista de deputados e senadores.

QUESTÃO 57

Acerca da despesa pública, assinale a opção correta.

- A** As subvenções são transferências destinadas ao custeio de programas sociais e econômicos previamente aprovados na lei orçamentária.
- B** O prévio empenho é dispensável na medida em que a legislação admite o adiantamento de pagamento de despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação.
- C** O empenho é o ato da autoridade competente que estabelece o cronograma de pagamento segundo a estimativa da despesa prevista na lei orçamentária.
- D** A despesa de custeio engloba os gastos públicos com o pagamento dos juros e encargos da dívida pública e sua amortização.
- E** A liquidação da despesa pública é o pagamento mediante a apresentação de nota que certifica a prestação do serviço ou a entrega do produto.

QUESTÃO 58

Com relação à disciplina constitucional dos precatórios, assinale a opção correta.

- A** O Poder Executivo deverá abrir créditos adicionais com a indicação de recursos suficientes para saldar o débito no caso de esgotamento dos recursos destinados ao pagamento dos precatórios requisitados pelo Poder Judiciário.
- B** Os créditos de natureza alimentícia devidos aos maiores de sessenta anos de idade terão preferência sobre os demais débitos inscritos em precatório, vedado o seu fracionamento para tal finalidade.
- C** Os juros de mora devem incidir no período compreendido entre a data de elaboração dos cálculos e a data de expedição do precatório.
- D** O pagamento dos precatórios deve ser feito rigorosamente de acordo com a ordem cronológica de sua apresentação, independentemente do valor da obrigação imposta pela condenação judicial.
- E** Aos débitos judiciais dos conselhos de fiscalização profissional aplica-se o regime de precatórios e requisições de pequeno valor.

QUESTÃO 59

A respeito de receita pública e da sua repartição no sistema constitucional, assinale a opção correta.

- A** As multas administrativas não são incluídas no conceito de receita pública porque são atos punitivos.
- B** Todo ingresso de receita nos cofres do Estado pressupõe sua previsão na lei orçamentária, pois a movimentação de recursos financeiros exige a prévia autorização legislativa.
- C** O princípio da unidade de tesouraria implica a centralização de todo o ingresso de receitas no tesouro público para que seja contabilizado como receita provisória.
- D** A retenção de recursos públicos atribuídos aos estados e derivados da receita dos impostos é vedada à União, razão pela qual é inconstitucional o condicionamento do repasse ao pagamento de créditos devidos ao governo federal.
- E** As parcelas do imposto sobre a renda retidas na fonte incidente sobre os rendimentos pagos pelos estados lhes pertencem, incorporando-se, desde logo, às respectivas receitas correntes.

QUESTÃO 60

De acordo com a CF, o RGPS é

- A** organizado para garantir a proteção à maternidade, compreendida esta apenas como a exercida pela mãe gestante.
- B** garantidor do reajustamento dos benefícios previdenciários apenas para preservar-lhes o valor nominal.
- C** de filiação obrigatória, mas sem caráter contributivo.
- D** organizado para atender, entre outros, à cobertura de eventos como doenças, invalidez e morte, mas não o desemprego involuntário.
- E** garantidor de pelo menos um salário mínimo quando do pagamento de benefícios substitutivos do salário de contribuição ou de rendimento do trabalho.

QUESTÃO 61

A prestação de benefícios e serviços da previdência social será garantida

- A** ao cônjuge supérstite, desde que este comprove a dependência econômica do cônjuge segurado que tiver falecido.
- B** ao filho maior de vinte e um anos de idade que comprove a matrícula em instituição de ensino superior, até a data da formatura.
- C** ao dependente, no caso do benefício de pensão por morte, se o interessado a requerer em até noventa dias depois da data do óbito do segurado.
- D** ao segurado que, tendo perdido essa qualidade, volte a se filiar ao RGPS e, a partir da data dessa nova filiação, cumpra a metade dos períodos legalmente previstos.
- E** ao segurado, a partir de sua filiação ao RGPS, desde que ele esteja contribuindo há, pelo menos, doze meses.

QUESTÃO 62

Um segurado, contribuinte do RGPS há dez anos, caso seja acometido por mal de Parkinson, terá direito a receber do INSS o benefício de

- A** auxílio-doença, desde que não seja a referida doença preexistente à data de filiação ao RGPS.
- B** aposentadoria por invalidez, bastando a ele para tal atender à carência exigida em lei.
- C** auxílio-doença, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, desde que comprovada a incapacidade multiprofissional total e permanente para o trabalho.
- D** aposentadoria por invalidez, cuja renda mensal corresponderá a 91% do salário de benefício.
- E** aposentadoria por invalidez, se for constatada a incapacidade total e permanente para o trabalho, certificada em perícia médica feita pela referida autarquia.

QUESTÃO 63

Joaquim, que é filiado ao RGPS na condição de contribuinte individual, completará sessenta e cinco anos de idade no dia 1.º/1/2018, data após a qual ele pretende requerer aposentadoria por idade em uma agência da previdência social.

Nessa situação hipotética, Joaquim

- A terá o benefício calculado em 100% do salário de benefício, independentemente do tempo de contribuição.
- B não poderá receber valor inferior a um salário mínimo e não fará jus a abono anual.
- C somente terá direito ao benefício caso tenha, no mínimo, trinta e cinco anos de tempo de contribuição.
- D terá direito ao benefício caso tenha feito, no mínimo, cento e oitenta contribuições mensais ao RGPS.
- E não fará jus à aposentadoria caso seja beneficiário de pensão por morte.

QUESTÃO 64

Maria tomou posse como servidora pública federal em janeiro de 2014. À época, ela contava com dez anos de tempo de contribuição, relativo ao período de 1.º/12/2003 a 30/11/2013 e exercido sob o RGPS.

Com referência a essa situação hipotética e à contagem de tempo de contribuição para os regimes de previdência, assinale a opção correta.

- A Maria somente poderá solicitar a contagem recíproca se efetuar o pagamento da respectiva indenização, ainda que já recolhidas as contribuições sociais em tempo.
- B A contagem recíproca será admitida apenas se o período a ser averbado, de 1.º/12/2003 a 30/11/2013, não houver sido exercido em condições especiais, nos termos da legislação previdenciária em vigor.
- C O cômputo de tempo de contribuição entre os regimes independe de compensação financeira.
- D A contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada independe de os períodos serem concomitantes.
- E Maria não poderá somar o tempo de contribuição para o RGPS ao tempo de contribuição para o RPPS.

QUESTÃO 65

Ana, que completará cinquenta e três anos de idade em 1.º/1/2018, tomou posse no cargo de auditor de contas públicas de um TC estadual em 1.º/1/1998 e, desde então, exerce suas atividades na mesma carreira e no mesmo cargo. Recentemente, ela solicitou ao referido órgão público averbação de dez anos de tempo de contribuição oriundo do RGPS, referente ao período de 1.º/7/1987 a 30/6/1997, no qual trabalhou como gerente de vendas.

Nessa situação hipotética, em janeiro de 2018, Ana

- A terá cumprido apenas vinte anos de tempo de contribuição, relativos ao RPPS, pois não é admitida, na hipótese, a contagem recíproca.
- B cumprirá os requisitos para aposentadoria voluntária por idade no RPPS.
- C ainda terá de trabalhar mais dois anos para que possa se aposentar com proventos integrais.
- D cumprirá os requisitos para recebimento de abono de permanência.
- E não poderá se aposentar, pois, na hipótese considerada, ela terá de cumprir os requisitos da aposentadoria compulsória.

QUESTÃO 66

À luz da legislação específica pertinente aos RPPSs, julgue os itens a seguir.

- I A Emenda Constitucional n.º 41/2003 prevê a possibilidade de aposentadoria do servidor aos cinquenta e três anos de idade sem prejuízo do valor dos proventos.
- II É vedada, sem ressalva, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias.
- III É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por RPPS, ressalvadas as aposentadorias oriundas de cargos acumuláveis.
- IV É imprescindível o exercício de vinte e cinco anos de serviço público para aposentadoria com fundamento na Emenda Constitucional n.º 47/2005.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 67

No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir da data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, terá de ser observada a

- A limitação mínima do salário de contribuição no mesmo valor fixado para o RGPS.
- B atualização dos proventos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
- C totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.
- D média aritmética simples das maiores contribuições, correspondentes a todo o período contributivo.
- E atualização das remunerações consideradas no cálculo inicial dos proventos, mês a mês, no mesmo índice fixado para o RGPS.

QUESTÃO 68

Lúcio, ao acompanhar sua esposa a um posto de saúde, apropriou-se de um receituário médico em branco, mas com o carimbo do médico que havia atendido sua esposa. Com o intuito de faltar ao trabalho, ele preencheu o formulário, atestando que deveria ficar cinco dias em repouso.

Nessa situação hipotética, Lúcio praticou o crime de

- A falsificação material de documento particular.
- B falsidade ideológica.
- C falsidade de atestado médico.
- D falsidade de sinal público.
- E falsificação material de documento público.

QUESTÃO 69

O servidor público que deixar de praticar ato de ofício, infringindo dever funcional em atenção a pedido de outrem, praticará

- A condescendência criminoso.
- B concussão.
- C prevaricação.
- D corrupção passiva privilegiada.
- E peculato.

QUESTÃO 70

Para fins penais, considera-se funcionário(a) público(a)

- A o tutor.
- B o inventariante.
- C o dirigente sindical.
- D a esposa pensionista de servidor público falecido.
- E o estagiário de defensoria pública.

QUESTÃO 71

Um funcionário público que cobrar de particular multa de forma acintosa praticará

- A excesso de exação.
- B advocacia administrativa.
- C prevaricação.
- D conduta atípica.
- E peculato.

QUESTÃO 72

O funcionário público que, aproveitando-se de seu cargo, utilizar-se ilegalmente de passagens e diárias pagas pelos cofres públicos cometerá o delito denominado

- A prevaricação.
- B conduta atípica.
- C corrupção passiva.
- D peculato culposo.
- E peculato.

QUESTÃO 73

A clonagem de cartão de crédito constitui o delito denominado

- A falsidade de documento público.
- B falsidade de documento particular.
- C conduta atípica, que só será punível a partir do uso do cartão clonado em fraude posterior.
- D adulteração de peça filatélica, em razão da similaridade com o cartão de crédito.
- E falsidade ideológica.

QUESTÃO 74

Será configurada como conduta atípica a de um funcionário público que ordene

- A a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- B a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que estes tenham sido criados por lei.
- C uma operação de crédito interno sem a prévia autorização legislativa.
- D o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior permitido em lei.
- E uma operação de crédito interno sem observar resolução do Senado Federal a respeito.

QUESTÃO 75

Antônio foi parado em operação de fiscalização de trânsito e entregou sua carteira de identidade ao policial, que, na verdade, havia lhe solicitado sua CNH. Tal fato gerou suspeita no policial, que decidiu vistoriar o veículo de Antônio e acabou por encontrar uma CNH falsa.

Nessa situação hipotética,

- A Antônio deverá responder pelos crimes de uso de documento falso e de falsificação de documento público, em concurso material.
- B Antônio deverá responder pelo crime de uso de documento falso.
- C a conduta de Antônio foi atípica, não devendo ser instaurado inquérito policial.
- D não se pode falar em flagrante delito; deve ser instaurado inquérito para apurar o crime de falsificação de documento público.
- E não se pode falar em flagrante delito; deve ser instaurado inquérito para apurar o crime de falsificação de documento privado.

QUESTÃO 76

Assinale a opção que apresenta um exemplo de evento contábil gerador de uma variação patrimonial quantitativa aumentativa que deve ser evidenciada na demonstração das variações patrimoniais das entidades do setor público.

- A obtenção de empréstimo ou financiamento de longo prazo
- B obtenção de desconto em operação de natureza financeira
- C gasto com ação de assistência social voltada à redução dos níveis de pobreza
- D incorporação de imóvel adquirido de terceiros
- E transferência de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos

QUESTÃO 77

Multas e juros de mora que incidem sobre tributos arrecadados por entidades do setor público enquadram-se nas receitas

- A** extraorçamentárias, originárias e vinculadas.
- B** orçamentárias, correntes, originárias e vinculadas.
- C** extraorçamentárias, originárias e não vinculadas.
- D** orçamentárias, de capital, derivadas e não vinculadas.
- E** orçamentárias, correntes, derivadas e não vinculadas.

QUESTÃO 78

O lançamento em que a legislação atribui ao sujeito passivo da obrigação tributária o dever de antecipar o pagamento do tributo sem que haja prévio exame da autoridade administrativa denomina-se lançamento

- A** de ofício.
- B** direto.
- C** por homologação.
- D** por declaração.
- E** prévio.

QUESTÃO 79

Os empenhos aplicáveis às despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e os aplicáveis aos compromissos decorrentes de aluguéis classificam-se, respectivamente, em

- A** estimativos e globais.
- B** estimativos e ordinários.
- C** globais e estimativos.
- D** ordinários e estimativos.
- E** ordinários e globais.

QUESTÃO 80

As fases da receita orçamentária e da despesa orçamentária em que há o reconhecimento contábil desses eventos pelas entidades do setor público são, respectivamente, as fases de

- A** recolhimento e de liquidação.
- B** arrecadação e de empenho.
- C** recolhimento e de empenho.
- D** lançamento e de liquidação.
- E** arrecadação e de pagamento.

QUESTÃO 81

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicável ao Setor Público (MCASP), um ativo enquadra-se na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros ou de serviços potenciais. Dessa forma, uma exigência para que um ativo intangível seja considerado identificável é que ele

- A** seja capaz de evitar que terceiros tenham acesso aos benefícios ou serviços a ele vinculados.
- B** seja decorrente de compromissos obrigatórios, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais.
- C** atenda à definição de ativo.
- D** tenha vida útil definida.
- E** tenha custo ou valor justo mensurável com segurança.

QUESTÃO 82

Segundo as normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público (NBC TSP), a estrutura conceitual propõe bases de mensuração para todas as transações ou para os eventos relacionados aos ativos sob o controle das entidades do setor público. Uma dessas bases de mensuração é o denominado valor em uso, que consiste no

- A** montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.
- B** custo mais econômico exigido para a entidade substituir, na data do relatório, o potencial de serviços de ativo (incluído o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil).
- C** montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após deduzir os gastos para a venda.
- D** valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes tanto do ativo, caso este continue a ser utilizado, quanto do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.
- E** valor para a aquisição ou o desenvolvimento de um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

Espaço livre

QUESTÃO 83

Em relação aos passivos contingentes das entidades do setor público, o procedimento contábil exigido é que eles sejam

- A** reduzidos do saldo das disponibilidades no balanço patrimonial.
- B** reconhecidos em contas patrimoniais.
- C** divulgados em notas explicativas sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro for considerada remota.
- D** registrados em contas de controle sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro for considerada provável.
- E** registrados em contas de controle e também divulgados em notas explicativas sempre que a probabilidade de saída de recursos no futuro não for considerada remota.

QUESTÃO 84

De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 — Lei das Sociedades por Ações —, os certificados de ações devem conter

- A** a data de possível resgate.
- B** o nome do acionista.
- C** o nome fantasia da companhia, sua sede e seu prazo de duração.
- D** a assinatura do contador e de ao menos um diretor da companhia.
- E** o valor de mercado da ação representada.

QUESTÃO 85

A Lei n.º 11.638/2007, que introduziu alterações na forma de elaboração e de apresentação das demonstrações contábeis das companhias, determinou a

- A** extinção da demonstração de origens e aplicações de recursos.
- B** adoção do procedimento de redução ao valor recuperável dos ativos.
- C** segregação do ativo fixo no grupo físico e no grupo imaterial.
- D** vedação de lançamentos em contas de ativo diferido.
- E** proibição do uso da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

QUESTÃO 86

O CPC definiu custo de transação como o gasto incorrido e diretamente atribuível, entre outras, às atividades necessárias à distribuição primária de ações ou bônus de subscrição. Ainda segundo o CPC, o referido custo, quanto à sua natureza, é um gasto

- A** fixo.
- B** incremental.
- C** operacional.
- D** diferencial.
- E** financeiro.

QUESTÃO 87

A seguir, a tabela I apresenta, em reais, as variações entre os dois últimos exercícios, verificadas por uma empresa em suas demonstrações contábeis; e a tabela II apresenta, em reais, a composição da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados do exercício mais recente da referida empresa.

Tabela I

caixa e equivalentes	+ 6.200
contas a receber	- 1.700
estoques	+ 4.900
imobilizados	+ 12.300
depreciação	+ 9.300
contas a pagar	+ 4.400
salários a pagar	+ 300
imposto de renda	+ 600
outros circulantes a pagar	+ 200
obrigações diversas de longo prazo	- 4.300
impostos parcelados	- 200
capital social	+ 200
reservas de lucros	+ 11.200

Tabela II

saldo inicial de lucros retidos	89.700
lucro líquido do exercício	14.000
lucros retidos antes dos dividendos	103.700
dividendos pagos	2.800
saldo final de lucros retidos	100.900

Conforme os dados das tabelas I e II, o total, em reais, das fontes de caixa a ser considerado para o exercício mais recente foi de

- A** 27.900.
- B** 21.400.
- C** 18.600.
- D** 6.200.
- E** 30.700.

Espaço livre

Espaço livre

QUESTÃO 88

A tabela a seguir apresenta informações, com valores em reais, extraídas da contabilidade do exercício de 20XX de uma empresa.

gastos com a emissão de ações no próprio país	7.000
aquisição de ações de emissão própria	20.000
ajustes negativos de instrumentos financeiros	60.000
tributos sobre ajustes negativos de instrumentos financeiros	20.000
equivalência patrimonial sobre resultados abrangentes positivos de coligadas	24.000
ajustes positivos por conversão do período de investimentos no exterior	260.000
tributos sobre ajustes positivos de conversão do período de investimentos no exterior	90.000

De acordo com os dados da tabela, e considerando que, no exercício de 20XX, a referida empresa apurou lucro líquido de R\$ 120.000, então o valor, em reais, apurado pela empresa a título de outros resultados abrangentes no período foi de

- A** 154.000.
- B** 24.000.
- C** 274.000.
- D** 247.000.
- E** 174.000.

QUESTÃO 89

Se, em uma empresa, 50% dos ativos totais são financiados por recursos de terceiros e 20% dos capitais totais utilizados são capitais de terceiros de longo prazo, então, nessa empresa, a porcentagem dos capitais de curto prazo em relação aos capitais de terceiros totais é de

- A** 20%.
- B** 80%.
- C** 60%.
- D** 50%.
- E** 30%.

QUESTÃO 90

Em uma empresa que apresente R\$ 195.000 em passivos circulantes e uma composição de exigibilidades de 75%, e na qual a relação entre as fontes de recursos seja igual a 1,0, o montante de recursos próprios, em reais, será

- A** superior a 244.000 e inferior a 265.000.
- B** superior a 265.000.
- C** inferior a 98.000.
- D** superior a 98.000 e inferior a 195.000.
- E** superior a 195.000 e inferior a 244.000.

QUESTÃO 91

Se um lojista aumentar o preço original de um produto em 10% e depois der um desconto de 20% sobre o preço reajustado, então, relativamente ao preço original, o preço final do produto será

- A 12% inferior.
- B 18% inferior.
- C 8% superior.
- D 15% superior.
- E 10% inferior.

QUESTÃO 92

Em novembro de 2016, João comprou 10 kg de uma mercadoria e, um ano depois, ele comprou 11 kg dessa mesma mercadoria, mas pagou 21% a mais que em 2016.

Se a inflação do período tiver sido a única responsável pelo aumento de preço da mercadoria, então a inflação desse período foi de

- A 12,1%.
- B 18,9%.
- C 7,9%.
- D 10,0%.
- E 11,0%.

QUESTÃO 93

Um aplicador possui duas opções para investir R\$ 500.000 e, em ambas as opções, ele começará a receber os rendimentos um ano após a aplicação. Na opção A, os rendimentos serão anuais, iguais a R\$ 150.000 e por 5 anos consecutivos. Na opção B, os ganhos serão anuais, iguais a R\$ 126.000 e por 6 anos consecutivos. A taxa de desconto do investidor em ambos os casos será de 10% ao ano.

Nessa situação, considerando-se que 0,62 e 0,56 sejam os valores aproximados, respectivamente, para $1,1^{-5}$ e $1,1^{-6}$, a análise das opções pelo valor presente líquido (VPL) permite concluir que a opção mais vantajosa e a diferença entre os VPLS das duas opções são, respectivamente,

- A A e R\$ 14.400.
- B A e R\$ 22.440.
- C B e R\$ 100.000.
- D A e R\$ 15.600.
- E B e R\$ 6.000.

QUESTÃO 94

Um banco emprestou R\$ 200.000, entregues no ato, sem prazo de carência. O empréstimo foi quitado pelo sistema de amortização constante (SAC) em 20 prestações semestrais consecutivas.

Nessa situação, se a taxa de juros do empréstimo foi de 1,5% ao semestre, então o valor da quinta prestação, em reais, foi de

- A 12.400.
- B 13.000.
- C 10.000.
- D 11.650.
- E 12.250.

QUESTÃO 95

O valor presente de um fluxo de 25 pagamentos iguais, mensais e *postecipados*, rendendo 5% ao mês, é igual a R\$ 10.000.

Nessa situação, se, em vez de *postecipados*, os pagamentos forem antecipados, o valor presente do fluxo de pagamentos, em reais, será igual a

- A 12.500.
- B 9.523.
- C 10.000.
- D 10.020.
- E 10.500.

Espaço livre

QUESTÃO 96

Com relação a dados estruturados e não estruturados, assinale a opção correta.

- A** Dados não estruturados podem ser caracterizados por arquivos de diversos tipos — textos, imagens, vídeos, entre outros —, cujas estruturas não são descritas implicitamente.
- B** Por padrão, documentos do tipo XML (*eXtensible Markup Language*) são estruturados.
- C** Dados não estruturados de um mesmo grupo possuem as mesmas descrições e, conseqüentemente, os mesmos atributos.
- D** Por padrão, dados não estruturados são organizados em blocos semânticos.
- E** A alta heterogeneidade facilita as consultas aos dados não estruturados, desde que estes estejam ligados por ponteiros.

QUESTÃO 97

A respeito de SGBDs, assinale a opção correta.

- A** Um SGBD, por definição, não é flexível, dada a dificuldade de mudar a estrutura dos dados quando os requisitos mudam.
- B** Um SGBD é um *software* que não prevê as funções de definição, recuperação e alteração de dados, sendo essa tarefa a função básica de um sistema de banco de dados.
- C** A consistência de dados é o princípio que determina a manutenção de determinado dado em vários arquivos diferentes.
- D** Conforme o princípio da atomicidade, caso ocorra erro em determinada transação, todo o conjunto a ela relacionado será desfêito até o retorno ao estado inicial, como se a transação nunca tivesse sido executada.
- E** O controle de concorrência é o princípio que garante e permite a manipulação, no mesmo momento, de um mesmo dado por mais de uma pessoa ou um sistema.

QUESTÃO 98

A modelagem dimensional é uma técnica de projeto de banco de dados capaz de suportar, em um *data warehouse*, consultas de usuários finalísticos ligados a um negócio. Conceitos como tabela-fato, tabela agregada e métricas fazem parte da modelagem dimensional. A respeito dessa modalidade de modelagem, julgue os itens a seguir.

- I Uma tabela-fato armazena, para fins estatísticos, as medições de desempenho.
- II A tabela agregada é composta de atributos e contém a descrição do negócio.
- III A tabela agregada é utilizada para reduzir o tempo de acesso de uma consulta ao banco de dados.
- IV Métricas são as informações que se armazenam em tabela-fato e permitem medir o desempenho dos processos do negócio.
- V As métricas não aditivas, assim como os valores percentuais ou relativos, podem ser manipuladas livremente.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e V.
- D** III e IV.
- E** IV e V.

QUESTÃO 99

Com referência a *big data*, assinale a opção correta.

- A** A definição mais ampla de *big data* restringe o termo a duas partes — o volume absoluto e a velocidade —, o que facilita a extração das informações e dos *insights* de negócios.
- B** O sistema de arquivos distribuído Hadoop implementa o algoritmo Dijkstra modificado para busca irrestrita de dados em árvores aglomeradas em *clusters* com criptografia.
- C** Em *big data*, o sistema de arquivos HDFS é usado para armazenar arquivos muito grandes de forma distribuída, tendo como princípio o *write-many, read-once*.
- D** Para armazenar e recuperar grande volume de dados, o *big data* utiliza bancos SQL nativos, que são bancos de dados que podem estar configurados em quatro tipos diferentes de armazenamentos: valor chave, colunar, gráfico ou documento.
- E** O MapReduce é considerado um modelo de programação que permite o processamento de dados massivos em um algoritmo paralelo e distribuído.

QUESTÃO 100

Na análise exploratória de dados, são examinados conjuntos de dados cujas principais características serão resumidas, muitas vezes com métodos visuais. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- A** Uma variável de nível de manipulação nominal identifica as categorias.
- B** Uma variável de nível de manipulação contínua pode assumir infinitos valores.
- C** Uma variável de nível de mensuração discreta pode assumir apenas alguns valores.
- D** Uma variável de nível de mensuração define como uma variável se relaciona com as outras.
- E** Uma variável de nível de manipulação define a quantidade de informação apresentada por cada variável.

Espaço livre